

Observatório de Políticas Públicas do TCMSP: Reflexões do Grupo de Trabalho de Educação

Aline Berger Ceresino

Agente de Fiscalização do TCMSP, coordenadora-chefe de Fiscalização e Controle II, graduada em Engenharia Civil na Universidade Federal do Espírito Santo e em Direito no Centro Universitário Estácio de São Paulo. Integrante do GT Educação do Observatório do TCMSP

Ananda Grinkraut

Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental na Prefeitura de São Paulo, desde 2016. Atuou em organizações da sociedade civil na defesa do direito à educação, como professora e pesquisadora no ensino superior e é doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (2019).

Clovis Bueno de Azevedo

Graduado em Administração Pública pela FGV EAESP e em Ciências Sociais pela FFLCH/USP, onde também obteve os títulos de mestre e doutor em Ciência Política. Servidor de carreira aposentado da Prefeitura do Município de São Paulo; professor e chefe do Departamento de Gestão Pública da FGV EAESP. Integrante do GT Educação do Observatório do TCMSP

João Roberto Fernandes de Lima

Auditor do TCMSP desde 2006, graduado em Administração Pública pela Unesp e mestre em Gestão e Políticas Públicas pela FGV. Integrante do GT Educação do Observatório do TCMSP.

Marian Salles Gomes Bellamy

Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental na Prefeitura de São Paulo, atuou de 2016 a 2020 na Secretaria Municipal de Educação. Mestre pela FSP-USP. Graduada em Relações Internacionais pela USP. Pesquisadora do CEBRAP e do GEMAS. Coordenadora do GT Educação do Observatório do TCMSP

Mauricio Broinizi Pereira

Doutor em História Econômica pela USP. Foi chefe do Departamento de História e coordenador do PPG em História na PUC/SP (1995-2011). Pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp (1990-2002). Exerceu a Coordenação Executiva do Programa Cidades Sustentáveis e da Rede Nossa São Paulo (2007-2016).

Suelem Lima Benicio

Mestre em Política Pública pelo PPG em Política Pública da UFABC. Possui graduação em Ciências Sociais pela Unesp (2006). Professora da EGC-TCMSP e das redes municipal e estadual de ensino de São Paulo. Atuou na Secretaria Municipal de Educação de SP. Integrante do GT Educação do Observatório do TCMSP.

Resumo: O Observatório de Políticas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) criou um grupo de trabalho para analisar e refletir sobre os indicadores existentes na temática de Educação no município de São Paulo. O objetivo das análises era mapear os indicadores já existentes e disponibilizados por outros observatórios, analisar bases de dados e informações disponíveis nos sistemas do TCMSP e do Poder Executivo e identificar lacunas de atuação e/ou análises e cruzamentos de dados que sejam do interesse do Tribunal, do Poder Executivo e do terceiro setor. Ademais, essa análise possui como recorte a desigualdade territorial no município de São Paulo e a efetividade das políticas públicas. O relatório técnico aqui apresentado visa sistematizar e divulgar as discussões inicialmente realizadas pelo Grupo e pela Mesa Técnica de Indicadores na Educação que fez parte do

Seminário de Lançamento do Observatório realizado em 12 de dezembro de 2020.

Palavras-chave: Efetividade. Indicadores. Educação. Política pública. Desigualdade. Observatório.

Abstract: The Observatory of Public Policies of the Court of Auditors of the Municipality of São Paulo (TCMSP) created a work group to analyze and think about the indicators existing in the area of education in the municipality of São Paulo. The analysis aimed to map the indicators already existing and made available by other observatories, analyze databases and information provided in the systems of TCMSP and the Executive Power and identify gaps of performance and/or analysis and crossed data of interest to the Court of Auditors, the Executive Power and the third sector. Furthermore, this analysis stresses the social and economic disparity in the municipality of São Paulo and the effectiveness of public policies. The technical report presented herein aims at systematizing and publishing the discussions initially held by the Group and the Technical Board of Indicators in Education which partook in the Seminary Launching the Observatory on December 12, 2020.

Keywords: Effectiveness. Indicators. Education. Public policy. Social and economic disparity. Observatory.

1 Introdução

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) é responsável pela avaliação das contas públicas e da efetividade das políticas públicas no município. Para tanto, são utilizadas diversas fontes de informação, além da produção de novas informações, que deverão ser utilizadas de maneira sistemática, criteriosa e transparente pela Auditoria. Assim, busca-se o conhecimento científico para

informar o processo de formulação e implementação de uma política pública.

A gestão do conhecimento é cada vez mais valorizada, tanto na esfera pública, quanto na privada, e no âmbito do controle externo. A Organização dos Estados Americanos (OEA) fez uma publicação¹ a respeito disso, em que comenta a estratégia de criação de Observatórios de Políticas Públicas na América os quais atendem a essa demanda por gestão do conhecimento e uso de informações, a fim de qualificar a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. O TCMSP, alinhado a essas iniciativas, criou um Observatório de Políticas Públicas. O Observatório iniciou suas atividades por meio de três grupos de trabalho, em três áreas temáticas: Educação, Saúde e Urbanismo. Em 2021 foi criado um quarto grupo de trabalho, de caráter transversal sobre regionalização do orçamento.

O Observatório tem como foco analisar e identificar problemas, aperfeiçoamentos ou inovações nas políticas e no gasto público, assim como aferir a efetividade das políticas públicas. Uma das bússolas do trabalho de sistematização de informações e produção de indicadores sobre políticas públicas será a pesquisa orientada para a análise regionalizada do orçamento, possibilitando maior compreensão sobre o investimento e o acesso a serviços públicos nos diferentes territórios da cidade.

O Observatório se propõe a atuar em rede, e, para tanto, tem buscado firmar parcerias com atores da academia e do terceiro setor, tais como: Instituto de Estudos Avançados da USP, Universidade Federal do ABC (UFABC), UNINOVE, Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP) e Fundação Tide Setúbal. Tais parcerias permitirão a realização de pesquisa aplicada em temas de interesse estabelecidos pelos Grupos de Trabalho (GT), considerando sempre o diálogo com a produção realizada pela auditoria do TCMSP.

O Observatório pretende criar uma

plataforma que disponibilize de maneira acessível para toda a sociedade paulistana um painel de indicadores, além de disponibilizar as linhas temáticas de pesquisa aplicada nas áreas de análise previstas. Temos como possibilidade realizar cursos e, possivelmente, trilhas de capacitação, assim como outras atividades que promovam sinergia com o trabalho da Auditoria. Uma possível sinergia de atuação identificada pelo GT diz respeito ao item 65 das Normas Brasileiras de Auditoria do setor Público² (NBASP) - Nível 3 - Requisitos Mandatórios para Auditorias do Setor Público:

65. Caso o auditor identifique a necessidade de expertise externa para complementar o conhecimento da equipe de auditoria, poderá consultar, conforme apropriado, pessoas dentro ou fora da EFS, que tenham o conhecimento especializado necessário. Quaisquer especialistas externos envolvidos com a auditoria também precisam ser independentes em relação a situações e relações que possam prejudicar sua objetividade. Embora o auditor possa utilizar o trabalho de especialistas como evidência de auditoria, toda a responsabilidade pelo trabalho de auditoria e pelas conclusões do relatório permanece com ele. (INSTITUTO RUI BARBOSA, 2019)

Este artigo relata o processo de constituição do Grupo de Trabalho (GT) de Educação e suas discussões, análises e reflexões iniciais sobre as informações disponíveis na rede municipal de ensino da Prefeitura de São Paulo e os possíveis eixos a comporem o painel de indicadores do Observatório na área de Educação. Aborda também a sistematização dos debates ocorridos no Seminário Interinstitucional de Lançamento de Observatório realizado em 12 de dezembro de 2020, na Mesa Técnica de Educação.

2 Discussões do GT Educação

O grupo foi formado, a princípio, pelas

coordenadoras³ dos Grupos de Trabalho do Observatório e por auditores⁴ da coordenação de Educação do TCMSP e, na sequência, pôde contar com a coordenadora⁵ da área. Após uma fase de mapeamento prévio e de diálogo com especialistas, realizado pela equipe do Observatório, o GT começou a se debruçar sobre os temas identificados nessas reuniões prévias e nos trabalhos de auditoria. As análises levaram em conta a viabilidade de territorialização das informações, a transversalidade e os princípios administrativos da efetividade, equidade e eficiência. Alguns documentos foram selecionados para a leitura do grupo: o Plano Municipal de Educação, os Indicadores de Qualidade Infantil Paulistana, ReAge: Virando o Jogo das Desigualdades na Cidade, entre outros.

Os principais temas discutidos foram a universalização do ensino, as condições de acesso, a gestão, a equidade do gasto e a qualidade da política pública. Alguns itens específicos foram abordados, como: demanda por creche, tempo médio de espera por vaga em creche, absentismo docente, evasão escolar, número de alunos por professor, *turnover* de profissionais, formação do quadro gestor das unidades educacionais, padrão de visitas da supervisão escolar, distribuição territorial das visitas do Programa de Alimentação Escolar (PAE), regionalização do gasto da Educação (com base em ferramenta⁶ recém-lançada pela Secretaria Municipal de Educação - SME), Ideb⁷, Idep⁸, CAQi e CAQ⁹.

3 Mesa Técnica de Indicadores em Educação: Seminário Interinstitucional

As discussões iniciais do GT orientaram a construção da Mesa Técnica de Indicadores na Área de Educação, realizada no Seminário de Lançamento do Observatório. Indicados pela rede de parceiros do Observatório e pelos membros do GT de Educação do Observatório, tivemos a presença dos especialistas: Prof. Dr. Nilson José Machado (IEA), Prof. Dr. Clovis Bueno de Azevedo

(FGV EAESP), Dra. Ananda Grinkraut (SME), Maurício Broinizi (Fundação Tide Setúbal), Aline Berger Ceresino (Observatório/TCMSP) e Marian Salles Gomes Bellamy (Observatório/EGC/TCMSP).

O primeiro momento de reflexão do Seminário Interinstitucional de Lançamento de Observatório foi orientado pelo debate global em torno dos objetivos do observatório, bem como as orientações a serem perseguidas no desenvolvimento de suas ações, de maneira a:

- Mostrar em que medida as políticas públicas atuam sobre as desigualdades sociais no município de São Paulo.
- Permitir uma avaliação da efetividade da política pública.
- Contribuir para revelar o gasto regionalizado dos recursos públicos.

O segundo momento do seminário foi direcionado para cada um dos eixos específicos de ação definidos pelo Observatório. Os especialistas da Mesa Técnica de Educação apresentados anteriormente tiveram como desafio refletir sobre monitoramento e avaliação de políticas públicas na educação em diálogo com os objetivos abaixo apresentados:

- Estabelecer o início de um diálogo e da ampliação dos grupos de trabalho.
- Debater os indicadores possíveis dentro dos temas analisados pelo GT.
- Avaliar a viabilidade operacional de utilizá-los/produzi-los.
- Propor outros temas e indicadores sobre Educação.

Refletir sobre a transversalidade dos indicadores, e em que medida a composição deles com outros indicadores similares, de Saúde e Urbanismo ajudam a construir um panorama das políticas públicas municipais nos territórios.

Abaixo temos um resumo das falas dos especialistas conforme sequência da Mesa (ordem alfabética):

3.1 Ananda Grinkraut¹⁰ (contribuição na Mesa Técnica)

Em sua fala, a especialista abordou todos os pontos trazidos pelo GT e inovou nas abordagens referentes aos possíveis indicadores, além de propor novas temáticas. Iniciou reconhecendo a importância do Observatório e o seu foco nas desigualdades de oferta e condições de atendimento da política pública, bem como na distribuição do gasto municipal.

Com relação aos indicadores, discutiu vários deles a partir de três eixos de análise: universalização do atendimento, condições de atendimento e resultados educacionais. No que se refere aos indicadores relativos à universalização do atendimento, propõe a utilização da demanda potencial para o atendimento em creche - ao invés de demanda registrada por vagas - tendo como referência o percentual da população, por faixa de renda, que tem esse direito atendido. Embora o dado da demanda registrada seja fundamental, este é bastante limitado para o planejamento da política no médio e longo prazos.

Ao tratar do atendimento dos jovens e adultos, menciona a relevância dos dados obtidos com o Censo Demográfico, sobretudo as taxas de analfabetismo e de escolarização da população. Entretanto, os últimos dados são de 2010 e sem previsão de atualização. Nesse sentido, sugere a utilização de duas outras fontes, cuja viabilidade precisaria ser analisada: a) o “Indicador de Alfabetismo Funcional - INAF¹¹” - e, para isso, o município de São Paulo precisaria ser incluído no campo amostral, de forma a permitir a desagregação do dado e, b) o perfil de escolarização das mães, pais e responsáveis pelos estudantes matriculados na Rede Municipal de Educação, a partir dos dados obtidos pelos questionários da Prova São Paulo.

A questão da evasão escolar, na perspectiva da especialista e dos outros componentes da Mesa, se mostra de especial relevância no contexto da pandemia, devendo-se verificar se houve aumento do abandono escolar e onde está mais concentrado na cidade, considerando as desigualdades que se acentuaram ainda

mais nesse contexto. Para isso, sugeriu trabalhar com um conjunto de indicadores de fluxo escolar sempre analisando o perfil dos estudantes em termos de idade, sexo e cor/raça. Com relação a análises referentes à infraestrutura escolar, sugeriu-se analisar os questionários da Prova SP que trazem informações sobre a qualidade da estrutura física das escolas, sendo que tal levantamento poderia, eventualmente, orientar visitas técnicas da Auditoria e análises do Observatório.

Em se tratando da temática da permanência da equipe gestora e dos profissionais nas unidades educacionais e à evasão docente, ambos foram considerados pela especialista temas relevantes e que poderiam ser melhor abordados por meio de pesquisas aplicadas e não somente a partir de dados quantitativos, conforme também avaliado pelo GT. Nesse sentido, destacou um estudo recente realizado pela Fundação Carlos Chagas, para a Secretaria Municipal de Educação em parceria com a UNESCO¹², sobre o absenteísmo docente, cujos resultados podem contribuir com a estruturação de novas pesquisas e aprofundamento da temática. Com relação à gestão regionalizada, trabalho exercido pelas Diretorias Regionais de Educação, foi sugerida a análise da quantidade e distribuição dos supervisores de ensino em relação à quantidade, complexidade e distribuição das unidades educacionais por Diretoria. Sobre os recursos municipais recebidos diretamente pelas escolas, propôs-se um estudo acerca da aplicação dos recursos repassados pelo PTRF - Programa de Transferência de Recursos Financeiros da Rede Municipal, ao longo do tempo. Havendo ainda um possível desdobramento em pesquisa aplicada sobre o padrão de gasto das escolas.

A questão da qualidade na educação foi abordada por meio de sugestões a partir do uso de indicadores de resultado educacionais, tais como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Paulistana (IDEP) Ao mencionar esses indicadores, a especialista

propôs o acompanhamento dos resultados na Prova Brasil e Prova São Paulo, ao longo do tempo, considerando o perfil das unidades educacionais, tendo como base os agrupamentos construídos para o IDEP, a partir do Índice de Nível Socioeconômico (Inse) e o Indicador de Complexidade de Gestão (ICG). De forma ainda mais elaborada seria possível a adoção de um indicador de homogeneidade inter e intra escolar conforme apresentado em estudo coordenado por Romualdo Portela de Oliveira, sobre desigualdades educacionais, para a Fundação Civita¹³.

Para praticamente todos os indicadores, a especialista destacou a importância de analisá-los de forma desagregada por cor/raça, sexo e renda, de forma a captar de que maneira as desigualdades existentes em nossa sociedade permanecem no sistema educacional em geral, e nas escolas da rede municipal, em particular. Esses indicadores possibilitam o acompanhamento das chamadas “metas de equalização”, utilizadas em alguns planos de educação para redução das desigualdades de acesso e resultados educacionais.

A especialista ainda compartilhou o trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com a UNESCO, no âmbito do Programa de Cooperação em Pesquisa¹⁴ - que abordou alguns dos temas tratados pela Mesa e outros que são considerados relevantes pelo Poder Executivo atualmente na área da Educação. Conforme pôde ser percebido por essa síntese da sua apresentação, as contribuições da especialista na Mesa foram muito ricas e permitiram o aprimoramento das propostas de indicadores abordados pelo GT inicialmente.

3.2 Clovis Bueno de Azevedo¹⁵

A fala do professor Clóvis abordou as questões das desigualdades no município e do papel da Educação pública nesse cenário, bem como uma reflexão do Grupo acerca do Plano Municipal de Educação. Ademais, trouxe a ponderação sobre a importância de promover uma articulação mais ampla, integrando mais atores

às discussões sobre o PME. Na sequência, segue a reflexão do professor: *A Educação Municipal Paulistana promove a redução da desigualdade?*

A educação pública, desde que seja efetivamente de qualidade, promove a redução da desigualdade pelo simples fato de os filhos das famílias das classes alta e média alta frequentarem o pequeno grupo de escolas privadas que são de excelência, não por serem privadas, mas pelos muitos recursos de que dispõem e pelo capital cultural das famílias a que os alunos pertencem.

A par disso, há redução da desigualdade internamente ao conjunto de alunos que frequentam o sistema público, no caso a Rede Municipal Paulistana?

Uma das maneiras para verificar se esses dois propósitos se realizam é por meio do monitoramento do Plano Municipal de Educação, da aferição do cumprimento de seus objetivos, desde a ampliação do investimento público, passando pela valorização do profissional do magistério, até a elaboração dos Planos Regionais de Educação.

As metas foram atingidas? Parcial ou Plenamente? Nos prazos estabelecidos? O próprio monitoramento, cuja sistemática foi normatizada ao final de 2016, pela Portaria 7.972, vem se fazendo de modo adequado?

O Observatório de Políticas Públicas da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, ao se propor a monitorar as Políticas Públicas Municipais, no caso a Educação, tendo como eixo a verificação de seu efeito sobre a desigualdade aponta para uma contribuição da maior relevância para a Cidade de São Paulo e para a população paulistana.

É importante, todavia, que a tarefa se cumpra da melhor maneira. Pela Portaria acima referida, são responsáveis pelo monitoramento: a Secretaria Municipal de Educação, a Comissão Permanente de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo, o Conselho Municipal de Educação e o Fórum

Municipal de Educação.

A Escola de Contas pode – a meu ver deve – tanto contatar tais instâncias, visando ao aperfeiçoamento do monitoramento previsto na Portaria, quanto convidá-las a se juntar a ela própria, a Escola, contribuindo ao mesmo tempo para esta tão importante iniciativa que é o Observatório. São ações e processos sinérgicos.

3.3 Maurício Broinizi¹⁶

A decisão do TCM de desenvolver um Observatório de Políticas Públicas contendo, entre outras iniciativas, um conjunto de indicadores sobre diversas áreas de atuação da administração municipal, tem o mérito de tornar públicas relevantes informações, utilizadas pelo Tribunal em suas atribuições técnicas, que são de grande interesse para toda a sociedade.

Na área de Educação, assim como em várias outras, é importante considerar que, a despeito do grande número de indicadores disponíveis, ainda há um vasto conjunto de possíveis indicadores a serem formulados e adotados como norteadores de resultados e, também, como indutores de aperfeiçoamento das políticas setoriais, da Unidade Escolar à Diretoria Regional de Ensino, da integração da UE com outros equipamentos do território às políticas sistêmicas adotadas entre diversas Secretarias Municipais para elevar a qualidade de vida nos diferentes territórios do município. Assim como aqueles indicadores que podem aferir os processos de transparência e participação, dos Conselhos de Escola aos Conselhos Regionais de Educação.

Uma importante fonte para a construção destes indicadores, entre outras, é o processo participativo que constrói o Plano Municipal de Educação, mais especificamente a documentação resultante dos 13 Planos Regionais de Educação, correspondentes à divisão territorial da Secretaria de Educação em 13 Diretorias Regionais de Educação. Pode-se considerar que os Planos Regionais são aqueles mais próximos

das diferentes realidades territoriais, ainda que compreendam grande heterogeneidade em cada DRE, muito mais do que as 32 Subprefeituras e os 96 distritos do município. Mesmo assim, percebe-se, nos 13 PRE, referências bastante efetivas às demandas e propostas das Unidades Escolares e suas várias conexões com as realidades socioeconômicas e culturais territoriais. É importante notar que, ao ressaltar necessidades de infraestrutura física, adaptações arquitetônicas, formação continuada de professores e funcionários, equipamentos e materiais pedagógicos, as demandas locais buscam uma maior descentralização orçamentária acompanhada de maior agilidade nas tomadas de decisões para superar, desde obstáculos físicos até as diversas carências tecnológicas e materiais do cotidiano escolar. Neste sentido, a possibilidade de o TCM contribuir com tais indicadores, dado o acesso técnico à execução orçamentária, certamente agilizará processos e propiciará maior eficácia na aplicação dos recursos da Educação.

3.4 Nilson José Machado (contribuição na Mesa Técnica)¹⁷

O Prof. Dr. Nilson José Machado do Instituto de Estudos Avançados da USP também fez contribuições muito valiosas para a Mesa. Ele trouxe uma reflexão mais abrangente sobre o papel dos planos educacionais e a falta de um projeto nacional para a Educação no país. Da mesma forma, refletiu sobre a dificuldade de haver continuidade nas políticas públicas, tema também bastante discutido no âmbito do Observatório de Políticas Públicas do TCMSP.

Outra reflexão importante trazida pelo especialista e sobre a qual houve consenso na mesa, é a necessidade de interpretar os indicadores como medidas, indícios e não como provas contundentes da efetividade de uma política pública. O professor concordou com o uso do termo - equidade - selecionado pelo GT, reforçando a importância de “proporcionar desigualmente aos desiguais na medida de suas

desigualdades” a fim de que se obtenha a igualdade. O Idep é um dos indicadores abordados que promove o aspecto da equidade, na medida em que contextualiza a avaliação adotando critérios que englobam o nível socioeconômico da população atendida pela unidade educacional e a complexidade de gestão das unidades, proporcionando comparativos entre escolas agrupadas com base em características similares.

Ademais, o Prof Nilson abordou a questão da formação do corpo docente e explicitou que a maior dificuldade está na manutenção de bons quadros na prefeitura, priorizando a questão das condições de trabalho. Todas as contribuições foram muito valiosas e suscitaram debates e reflexões por parte da Mesa e do GT.

4 Considerações finais

Conforme pôde ser percebido pelas discussões realizadas, tanto inicialmente pelo Grupo de Trabalho, quanto pelo aprofundamento dessas reflexões na Mesa Técnica do Seminário, a Educação é uma área rica em informações e há sinergia entre a percepção dos diferentes especialistas acerca dos pontos mais relevantes a serem analisados. A fim de dar andamento a esse trabalho, o Grupo de Trabalho do Observatório foi ampliado. Tivemos a entrada de outros dois auditores do TCMSP, alguns especialistas, uma professora da Escola de Gestão e Contas do TCMSP¹⁸, sem prejuízo de novos membros a serem ainda incorporados ao GT.

Os participantes da Mesa Técnica reforçaram a importância de incorporar questões de raça e gênero às análises realizadas pelo GT. Da mesma forma, a questão da pandemia também foi abordada e a relevância de fazer uma análise dos indicadores à luz desse contexto. Os reflexos dessa realidade devem perdurar por muito tempo em vários aspectos da vida escolar, como por exemplo na aprendizagem, na permanência, na alfabetização.

O Grupo de Trabalho de Educação do Observatório de Políticas Públicas do TCMSP não

pretende de forma alguma esgotar as múltiplas discussões e pontos de vista acerca da política educacional no município de São Paulo. Objetiva-se, sim, integrar essas discussões e procurar sinergia entre o trabalho do Controle Externo e a avaliação e monitoramento das políticas públicas por meio da análise de dados. O GT além da elaboração de um painel de indicadores contemplando alguns dos temas aqui apresentados, pretende realizar pesquisa

aplicada em conjunto com os parceiros acadêmicos do Observatório. Um outro ponto a ser analisado pelo grupo é a elaboração de uma linha formativa em fiscalização, a ser ofertada para os servidores da Educação, uma vez que a Escola de Gestão e Contas já vem desenvolvendo importante trabalho com foco na qualificação contínua dos servidores do TCMSP, da administração pública, bem como da sociedade paulistana como um todo.

Referências

INSTITUTO RUI BARBOSA. **Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP): nível 3: requisitos mandatórios para auditorias do setor público**. Curitiba: IRB, 2019.

FUNDAÇÃO TIDE SETÚBAL. **(Re)age SP: virando o jogo das desigualdades em São Paulo**. 2020. Disponível em: Fundação Tide Setubal. Múltiplos acessos.

ESTUDOS & PESQUISA EDUCACIONAIS. São Paulo: Fundação Victor Civita, n. 4, nov. 2013.

OEА. **Public Policy Observatories in the Americas: “A Guide for Their Design and Implementation in Our Public Administrations”**. 2015.

SÃO PAULO (Município). Lei N° 16.271 de 17 de setembro de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo.

SÃO PAULO (Município). Lei n° 17.437 de 12 de agosto de 2020. Estabelece medidas para a organização das unidades educacionais no Município de São Paulo; prorroga os mandatos do Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho de Habitação.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil Paulistana**. São Paulo. 2015.

Notas

- 1 Publicação disponível em Public Policy Observatories in the Americas.
- 2 Disponível em: Livro NBASP Nível 3_v1.indd.
- 3 Marian Salles Gomes Bellamy (coordenadora do GT Educação), Sofia Rolim (coordenadora do GT Saúde) e Rosane Keppke (coordenadora do GT Urbanismo).
- 4 Auditor João Roberto Fernandes de Lima e auditora Lia Yoshie Yamada Toda.
- 5 Auditora coordenadora da área de Educação do TCMSP - Aline Berger Ceresino.
- 6 Regionalização • Transparência Orçamentária
- 7 O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Disponível em: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).
- 8 O Índice de Desenvolvimento da Educação Paulistana (IDEP) é uma ferramenta para avaliar o desempenho de escolas de Ensino Fundamental e estudantes da Rede Municipal de Ensino (RME). Disponível em: Índice de Desenvolvimento da Educação Paulistana – IDEP - SME Portal Institucional

9 Disponível em: CAQi/CAQ | CNDE

10 Texto revisado pela especialista Ananda Grinkraut.

11 Pesquisa concebida pela Ação Educativa em parceria com o Instituto Paulo Montenegro, com o objetivo de mensurar o nível de alfabetismo da população brasileira entre 15 e 64 anos, avaliando suas habilidades e práticas de leitura, de escrita e de matemática aplicadas ao cotidiano. <<https://acaoeducativa.org.br/projeto/indicador-de-alfabetismo-funcional/>>

12 Pesquisa financiada entre 2019 e 2020, por meio do Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria Municipal de Educação e a UNESCO.

13 Disponível em Estudos& Pesquisas Educacionais.

14 Disponível em Resultados do 1º Ciclo de Fomento do Programa de Cooperação em Pesquisa.

15 Texto disponibilizado pelo especialista Clovis Bueno de Azevedo.

16 Texto disponibilizado pelo especialista Maurício Broinizi.

17 Fala do Seminário transcrita/resumida por Marian Bellamy.

18 Auditores (TCMSP) Silvia Yuri Matsumoto e Adriano Alves Doto, Professora Suelem Lima Benício (EGC), Prof.Dr. Clóvis Bueno de Azevedo (FGV) e Prof. Dra. Nadia Lebedev (UniNove - a professora está inicialmente concentrando suas atividades na regionalização do gasto e no desenvolvimento de uma plataforma online).